

COMISSÃO MUNICIPAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA – 16 DE MARÇO DE 2022

Como de costume, a reunião teve início com a apresentação dos presentes. Em seguida, passou-se à discussão das pautas.

1. Status das ações do Plano de Ações Estratégicas

Leonardo (SMADS) informou que o Plano de Ações Estratégicas aprovado na última reunião da CMETI foi enviado ao Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) e aguarda a confirmação da data para apreciação pela Comissão de Políticas Públicas.

Em seguida, realizou-se uma rápida atualização do status de cada uma das ações (conforme Anexo I). Das 10 ações, 6 estão dentro do cronograma previsto e 4 com perspectiva de atraso. A planilha com o status das ações está disponível na pasta compartilhada da CMETI. Uma cópia da versão da planilha apresentada na reunião está anexa a esta ata.

Atualização 23/03: Leonardo e Luiza (SMADS) apresentarão o Plano de Ações Estratégicas do Peti 2022 à Comissão de Políticas Públicas (CPP) e à Comissão de Orçamento e Finanças (COF) do COMAS em 31/03/2022, às 9h.

2. Fluxo do trabalho infantil

Leonardo (SMADS) apresentou a discussão sobre o fluxo do trabalho infantil em andamento na SMADS. Até o momento foram discutidos os fluxos com as seguintes portas de entrada:

- Abordagem social pelo SEAS
- Identificação de trabalho infantil pelo SAICA Inicial
- Identificação de trabalho infantil pelo SASF (em visita domiciliar)
- Exploração do trabalho infantil por empresas (entrada via MPT e/ou SRT)

Esses fluxos já foram apresentados a representantes dos CRAS e CREAS, que deram sugestões, algumas já incorporadas e outras em discussão pelas coordenações da SMADS envolvidas nesse esforço de revisão. O fluxo também incorpora sugestões de reuniões bilaterais realizadas com o Ministério Público do Trabalho e com a Supervisão Regional do Trabalho.

SMADS ainda precisa discutir os fluxos com entrada por outros órgãos (Educação, Saúde e Conselho Tutelar), bem como a interface com esses órgãos ao longo do fluxo, quando aplicável. Já estão agendadas reuniões para que essa discussão ocorra.

Outro desafio permanece sendo o de casos de trabalho infantil em espaços privados de acesso público (mais detalhes sobre essa discussão no item 3).

Leonardo ressaltou que permanece aberta a definição sobre a ferramenta a ser utilizada para a comunicação entre os vários atores. Aline (SMADS) ressaltou que o maior desafio reportado pelo SEAS é a ausência de retorno após o encaminhamento de relatórios. Roberta (Aprendiz) manifestou preocupação com a perda do registro após tantos encaminhamentos, ressaltando que

a ferramenta a ser utilizada por SMADS precisa assegurar que haja um registro compartilhado de casos entre os diversos atores. Flávia (CREAS-BT) sugeriu que fosse organizada uma reunião periódica com todos os CREAS para a discussão de casos.

Encaminhamentos:

- SMADS vai continuar o trabalho de aprimoramento da proposta de fluxos de encaminhamento, contemplando:
 - Entrada por Educação, Saúde e Conselho Tutelar, considerando a proposta desenvolvida pelo GT Fluxo da CMETI em 2021;
 - Estratégias de referência e contrarreferência (entre territórios e entre CRAS e CREAS);
 - Diretriz para casos de trabalho infantil em espaços privados de acesso público;
 - Encaminhamento de casos de moradores de outros municípios.
- SMADS apresentará atualizações sobre esse trabalho na reunião de abril.

3. Trabalho infantil em espaços privados de acesso público

A partir da apresentação do caso do Shopping Metrô Santa Cruz na reunião de fevereiro, retomou-se a discussão sobre o atendimento a situações de trabalho infantil em espaços privados de acesso público.

Para Roberta (Aprendiz), três fatores foram essenciais para que o projeto tenha sido implementado no shopping: i. A notificação do Ministério Público ao shopping e à SMADS; ii. A abertura e sensibilidade do chefe da segurança do shopping à pauta; iii. A rede que administra o shopping Santa Cruz já possuía uma atuação relacionada a trabalho infantil em shoppings no Rio de Janeiro (naquele caso, com o shopping acionando o Conselho Tutelar).

Roberta então questionou as razões para que o SEAS não ingresse em espaços privados de acesso público. Aline (SMADS) explicou que a portaria que organiza o trabalho do SEAS determina essa restrição, que a metodologia do serviço é pensada para espaços públicos e que a equipe não é dimensionada para que também atue nesses espaços privados.

Fernanda (CPCT) defendeu que o encaminhamento nesses casos deveria ser, de fato, a abordagem social e que realizá-la não é atribuição do Conselho. Para Fernanda, também não há uma divulgação adequada do canal 156.

Roberta ressaltou que em outros municípios o SEAS realiza abordagens em espaços privados de acesso público e questionou se não haveria espaço para que isso também ocorresse em São Paulo.

Luciano (SMSUB) reforçou que a execução de uma política de Estado não compete ao Conselho Tutelar e que, quando se fala na abordagem social nesses lugares, há um risco de uma iniciativa higienista por parte dos estabelecimentos. Sugeriu, então, que fosse feito o financiamento de projetos inovadores que olhassem pontualmente algumas regiões da cidade em que essa questão é mais crítica.

Roberta sugeriu que as obrigações sejam pensadas de acordo com o tamanho do estabelecimento e ressaltou a importância de que estabelecimentos privados apareçam no

fluxograma como “porta de entrada”. Sobre o impedimento para que o SEAS atue em espaços privados, Roberta apresentou um relato de um caso de uma criança perdida no Shopping Santa Cruz, em que um menino precisou esperar por horas pelo SEAS, que solicitou que ele fosse levado à entrada do shopping, local em que, assustado, saiu correndo pela avenida.

Encaminhamentos:

- SMADS vai revisitar a discussão sobre o impedimento para que o SEAS entre em espaços privados e apresentar em detalhes as razões para essa diretriz.
- Roberta (Aprendiz) fará uma ponte entre a SMADS e municípios em que o SEAS realiza abordagens nesses espaços.
- SMADS realizará essa discussão internamente, a partir das contribuições da CMETI, e trará uma proposta (ao menos inicial) na reunião de abril.

4. Comunicados – Associação Cidade Escola Aprendiz

Roberta (Aprendiz) cobrou a SMADS sobre definições acerca da situação de famílias ciganas, trazida por ela na reunião de fevereiro. Leonardo informou que Luiza fez uma pesquisa sobre o assunto e poderia informar Roberta posteriormente. Roberta informou que as crianças de famílias ciganas agora utilizam o Núcleo Social do shopping Santa Cruz, não estando mais em situação de trabalho infantil (ao menos naquele espaço).

Roberta relatou estar com dificuldade para contatar a Assistência Social da cidade de Guarulhos para tratar alguns casos identificados no shopping Santa Cruz e perguntou se algum membro do grupo teria um contato. Leonardo se comprometeu a buscar contato com a SEDS.

Por fim, Roberta fez uma exposição sobre a pesquisa *Exclusão Escolar e Trabalho Infantil no Município de São Paulo*, que está sendo iniciada pela Associação Cidade Escola Aprendiz com recursos do FUMCAD. A pesquisa envolverá diversos órgãos representados na CMETI e exigirá entrevistas com pessoas envolvidas com a temática e compartilhamento de dados. Leonardo (SMADS) ressaltou que a secretaria tem tido extremo receio no compartilhamento de dados pessoais de usuários da assistência social e sugeriu que, se a Associação Cidade Escola Aprendiz tem a intenção de acessar dados pessoais, que faça a solicitação o quanto antes para que possa ser analisada com calma. A mesma preocupação foi manifestada pela Secretaria de Saúde.

Encaminhamentos:

- Luiza (SMADS) entrará em contato com Roberta para tratar do caso das famílias ciganas.
- Leonardo (SMADS) buscará contato de representante da Assistência Social de Guarulhos para Roberta.
- Associação Cidade Escola Aprendiz fará o contato com os representantes das secretarias que precisarão ser acionadas na realização da pesquisa.

5. Apresentação do estudo com dados do SisRua sobre crianças e adolescentes em situação de rua

As pesquisadoras Michiko Shiroma de Carvalho e Ana Maria Gambier Campos, da Rede Brasileira de Pesquisadores da População em Situação de Rua, apresentaram um estudo sobre características de crianças e adolescentes em situação de rua abordadas pelo Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), realizado a partir de dados do SisRua em 2020. A apresentação das pesquisadoras, incluindo suas principais conclusões, pode ser vista na pasta compartilhada da CMETI.

Quando questionadas sobre o que poderia ser aprimorado no registro do SisRua, as pesquisadoras destacaram que os dados referentes a se as crianças e adolescentes estão frequentando as escolas, suas características demográficas e questões sobre uso de drogas e violências (ambas acreditam que a incidência desses fenômenos está sendo subestimada). De modo geral, as pesquisadoras apontaram que há muitos dados não preenchidos no sistema. Aline (SMADS) ressaltou que as fichas dos SEAS são bastante completas, mas há um problema no momento do registro no SisRua. Aline também compartilhou com os presentes o link para os instrumentais do SEAS. Roberta (Aprendiz) sugeriu que seja incluído no SisRua pergunta sobre a escola em que a criança estuda, o que, na experiência delas com o trabalho no shopping, pode facilitar bastante a identificação do local de moradia.

Encaminhamentos gerais:

- SMADS vai encaminhar a apresentação com os dados atualizados de trabalho infantil do SisRua.
- O GT Carnaval vai se reunir no dia 23/03, às 14h30 (*atualização 23/03 – A reunião foi adiada para 31/03, às 14h30*)
- Uma reunião com o CMDCA para continuidade da discussão sobre encaminhamento de casos de trabalho infantil em espaços privados ocorrerá no dia 29/03, às 14h.

PRESENTES

Aline Cristina Gomes de Melo	-	SMADS
Ana Teresa Camilo Duarte	Titular	SMDDET
Bruna Ribeiro	Suplente	Cidade Escola Aprendiz e FPPETI
Cassia Liberato Muniz Ribeiro	Suplente	SMS
Eduardo dos Anjos Barboza	Suplente	SGM
Egly Meyer Alves	Titular	CMDCA
Elisandra Felix Vieira	Suplente	SME
Fernanda Abreu da Silva	Titular	CPCT
Flavia Santos Rodrigues	-	SMADS (CREAS-BT)
Isabela Grilo Pessoni	Titular	SMDHC

Lara Fortes	Titular	Fundação Abrinq
Leonardo Spicacci Campos	Titular	SMADS
Liziane Rocha	-	SRT-SP
Lucas Vinicius Molino Loureiro	Titular	SMDHC
Luciano Santos Araujo	Titular	SMSUB
Luiza Chizue Gatti Murakami	Suplente	SMADS
Marília Belmonte	-	Associação Beneficente Santa Fé
Mauricélia Martins	-	Cidade Escola Aprendiz
Rebecca Dantas Carneiro	Titular	SGM
Rita de Cassia dos Santos	Titular	SMS
Roberta Tasseli	Titular	Cidade Escola Aprendiz e FPPETI
Sueli de Paula Santos	-	SMADS
Taize Grotto de Oliveira	Titular	SME

Pessoas presentes na reunião: 22

Órgãos/organizações representadas na reunião: 13 de 22 (+1 sem participação formal)

Órgãos/organizações sem representantes na reunião: 9 (CMDCA, COMAS, DPE/NEIJ, Fundação Projeto Travessia, MPT, SECOM, SEME, SMSU, SVMA)

Monitoramento Plano de Ações Estratégicas do Peti 2022 (última atualização: 16/03/2021)						
# Ação	Ação	Status da Ação	Sub-ação	Prazo	Status da Sub-Ação	Descrição do status
1.1	Realizar a pesquisa <i>Percepções sobre o trabalho infantil na cidade de São Paulo</i>	Em atraso	1.1.1 Elaborar e publicar termo de referência para contratação da pesquisa	31/03/2022	A iniciar	Redação do termo de referência ainda não iniciada. Discussão das linhas gerais prevista para a reunião da CMETI em abril.
			1.1.2 Contratar organização responsável pela realização da pesquisa	31/05/2022	A iniciar	
			1.1.3 Realizar pesquisa de campo	29/07/2022	A iniciar	
			1.1.4 Analisar e difundir resultados da pesquisa	09/09/2022	A iniciar	
1.2	Realizar campanhas de alcance geral para o enfrentamento do trabalho infantil	Conforme previsto	1.2.1 Realizar atividades para celebração do Dia Nacional e Mundial de Combate ao Trabalho Infantil	12/06/2022	A iniciar	12 de junho: Discussão será iniciada na reunião da CMETI em abril. Carnaval: Contato realizado com a Liga das Escolas de Samba em 14/03. Aguardando retorno. Próxima reunião do GT Carnaval ocorrerá em 23/03.
			1.2.2 Elaborar proposta inicial de campanha permanente de combate ao trabalho infantil para 2023	31/12/2022	A iniciar	
			1.2.3 Definir estratégia e realizar parcerias para enfrentamento do trabalho infantil no Carnaval	30/04/2022	Em andamento	
			1.2.4 Realizar campanha de prevenção ao trabalho infantil em cemitérios no Dia de Finados	02/11/2022	A iniciar	
2.1	Aprimorar o registro de trabalho infantil no SisRua	Conforme previsto	2.1.1 Inserir marcador de trabalho infantil no SisRua	30/06/2022	A iniciar	Reunião com COVS para redefinição do cronograma de execução agendada para 18/03.
			2.1.2 Elaborar, formalizar e difundir diretrizes para registro de situações de trabalho infantil no SisRua com SEAS	29/07/2022	A iniciar	
2.2	Fortalecer a notificação de casos de trabalho infantil pela Central SP156	Em atraso	2.2.1 Revisar e publicar carta de serviços para notificação de casos de trabalho infantil	16/03/2022	Em andamento	Carta de Serviços finalizada com sugestões da CMETI. Aguardando revisão da SMIT.
2.3	Analisar resultados do <i>Censo Pop-Rua Crianças e Adolescentes</i> relativos ao trabalho infantil	Conforme previsto	2.3.1 Analisar dados relativos ao trabalho infantil do <i>Censo Pop-Rua Crianças e Adolescentes</i> para subsidiar o planejamento de ações de enfrentamento ao trabalho infantil	16/11/2022	A iniciar	Etapa de entrevista com informantes concluída, com quase 4.000 entrevistados em 520 pontos. Pesquisa censitária será iniciada em breve e seus resultados, divulgados em junho. COVS convocará reunião para discussão do questionário com outros órgãos e sociedade civil em breve. Já a pesquisa amostra com o questionário detalhado será feita posteriormente e terá os resultados divulgados em outubro.
3.1	Definir e formalizar estrutura de governança do Peti na SMADS	Conforme previsto	3.1.1 Definir, formalizar e publicar estrutura de governança do Peti na SMADS	30/04/2022	A iniciar	Discussão relacionada ao trabalho com o fluxo Peti. Discussão ocorrerá até o início de abril.
3.2	Definir e formalizar procedimentos de identificação, encaminhamento e acompanhamento de casos de trabalho infantil na rede socioassistencial e em articulação com outros órgãos	Conforme previsto	3.2.1 Definir procedimentos de encaminhamento e acompanhamento de casos de trabalho infantil na rede socioassistencial, contemplando diversas portas de entrada (SEAS, SAICA, sistema de justiça, outros órgãos) e a interlocução entre diversos centros de referência e SAS	30/04/2022	Em andamento	SMADS está realizando reuniões semanais entre as coordenações envolvidas e já construiu primeira proposta de fluxo considerando as seguintes portas de entrada: SEAS, SASF, SAICA, MPT e SRT. Próxima etapa é integrar o trabalho já realizado ao fluxo construído pela CMETI em 2021, considerando a integração com Educação, Saúde e Conselho Tutelar, além das diretrizes para locais privados. Sobre o caso de crianças e adolescentes residentes em outros municípios, entrou-se em contato com a SEDS, que disse estar se estruturando para atender situações do tipo.
			3.2.2 Definir diretrizes para encaminhamento de casos de trabalho infantil de residentes em outros municípios	30/04/2022	A iniciar	
			3.2.3 Definir fluxos de comunicação sobre casos de trabalho infantil entre SMADS e SME	31/05/2022	A iniciar	
			3.2.4 Definir fluxos de comunicação sobre casos de trabalho infantil entre SMADS e SMS	30/06/2022	A iniciar	
			3.2.5 Definir fluxos de comunicação sobre cass de trabalho infantil entre SMADS e Conselho Tutelar	30/09/2022	A iniciar	
4.1	Fortalecer a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil	Em atraso	4.1.1 Publicar novo decreto da CMETI	28/02/2022	Em andamento	Decreto em análise na Casa Civil desde o fim de janeiro. Chefe de Gabinete da SMADS entrará em contato para pedir prioridade. Com isso, a discussão sobre regimento interno foi adiada para reunião da CMETI em abril.
			4.1.2 Publicar regimento interno da CMETI	25/03/2022	A iniciar	
			4.1.3 Realizar ao menos uma reunião da CMETI por mês	Contínuo (mensal)	Em andamento	
4.2	Definir e difundir diretriz para encaminhamento de casos de trabalho infantil em espaços privados de acesso público	Conforme previsto	4.2.1 Definir e formalizar diretrizes para responsabilização e encaminhamento de casos de trabalho infantil em espaços privados	30/04/2022	Em andamento	Discussão realizada em reuniões com a SRT (27/01), CMDCA (22/02) e MPT (09/03), além da própria CMETI. Discussão será retomada pela CMETI na reunião de março. Coordenações de SMADS discutirão assunto em 24/03 e uma nova reunião conjunta com o CMDCA está agendada para 29/03.
			4.2.2 Ofertar orientação sobre encaminhamento de situações de trabalho infantil para centros comerciais	30/06/2022	A iniciar	
			4.2.3 Ofertar orientação sobre encaminhamento de situações de trabalho infantil para empresas responsáveis pela gestão do sistema de transporte municipal, terminais de ônibus e aeroporto	31/07/2022	A iniciar	
			4.2.4 Ofertar orientação sobre encaminhamento de situações de trabalho infantil para bares e restaurantes	30/09/2022	A iniciar	
5.1	Monitorar a execução do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador	Em atraso	5.1.1 Atualizar status das ações previstas no Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador	16/03/2022	Em andamento	Atualmente, recebendo retorno dos órgãos envolvidos. Consolidação das informações será feita até a próxima reunião da CMETI.